



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

# CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

PROVA DISCURSIVA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, você poderá deixar a sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, você poderá deixar a sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome **apenas** no(s) espaço(s) reservado(s).
- Caso você receba caderno de questões com o cargo **diferente** do impresso em sua folha de textos definitivos, comunique **obrigatoriamente** o fiscal de sala para que o fato seja registrado em ata.
- **Não** será permitida a troca de folhas de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, será levado em consideração **apenas o texto redigido nas folhas de textos definitivos**.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



## Dissertação 1

---

Todos os anos, União, estados, Distrito Federal e municípios devem elaborar o orçamento para o ano seguinte. As despesas públicas dependem da receita estimada pelo governo. Quanto maior a receita estimada, maior a disponibilidade de recursos para gastos e investimentos. Está claro, então, que os gestores públicos têm incentivo para inflar a previsão de crescimento da receita pública para o ano seguinte. Uma consequência disso é que quando a receita realizada fica abaixo da estimada (*otimismo fiscal*), essa frustração de receita pode causar um desequilíbrio nas contas públicas.

O desequilíbrio fiscal tem sido um dos principais problemas macroeconômicos enfrentados pelo país e pelos entes subnacionais desde seus primórdios. O debate econômico tem sido dominado pela deterioração fiscal e pela necessidade de ajuste das contas públicas dado que o equilíbrio fiscal tem efeitos na performance econômica.

**Em relação ao otimismo fiscal e ao desequilíbrio fiscal, redija uma dissertação que discorra, entre outros, sobre os itens a seguir:**

- a) **Explique como a previsão de receita pública poderia ser melhorada usando modelos econométricos. Que tipos de modelos poderiam ser usados? Cite e explique pelo menos 2 tipos de modelos.**
- b) **Explique como o otimismo fiscal está relacionado com o desequilíbrio fiscal.**
- c) **Explique como e por que o equilíbrio fiscal afeta a performance econômica. Discuta pelo menos 2 efeitos do equilíbrio fiscal.**

1  
-----  
2  
-----  
3  
-----  
4  
-----  
5  
-----  
6  
-----  
7  
-----  
8  
-----  
9  
-----  
10  
-----  
11  
-----  
12  
-----  
13  
-----  
14  
-----  
15  
-----  
16  
-----  
17  
-----  
18  
-----  
19  
-----  
20  
-----  
21  
-----  
22  
-----  
23  
-----  
24  
-----  
25  
-----  
26  
-----  
27  
-----  
28  
-----  
29  
-----  
30  
-----  
31  
-----  
32  
-----  
33  
-----  
34  
-----  
35  
-----

36

---

37

---

38

---

39

---

40

---

41

---

42

---

43

---

44

---

45

---

46

---

47

---

48

---

49

---

50

---

51

---

52

---

53

---

54

---

55

---

56

---

57

---

58

---

59

---

60

---

61

---

62

---

63

---

64

---

65

---

66

---

67

---

68

---

69

---

70

---

71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90

## Dissertação 2

---

O Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à Comissão Permanente competente da Câmara dos Deputados um relatório com os resultados da “avaliação da política habitacional adotada pelo Governo Federal” elaborado pela área técnica do Tribunal e aprovado em sessão ordinária do Plenário dessa Corte de Contas. O documento fora elaborado com base nos princípios que regem a atividade de auditoria no setor público, em especial as auditorias operacionais e as avaliações de políticas públicas. Neste trabalho, o TCU avaliou também os resultados de outras avaliações realizadas por órgãos do Governo Federal na referida política.

Embora as políticas habitacionais implementadas pelo Poder Executivo sejam aprovadas por Lei, os parlamentares não foram incluídos como *stakeholders* no processo de avaliação conduzido pelo TCU. Ademais, o TCU colheu as opiniões apresentadas pelas organizações e pessoas alcançadas pelos resultados da política avaliada e, ainda que elas apontassem para a adequação das ações implementadas, o Tribunal manteve, no referido relatório, as conclusões quanto à necessidade de revisá-las.

**Considerando a situação hipotética apresentada, elabore um texto dissertativo analisando os fatos apontados e abordando, necessariamente, os seguintes itens:**

- a) **O conceito e as modalidades de auditoria no setor público.**
- b) **Os aspectos comuns e as diferenças entre a auditoria operacional e as avaliações de políticas públicas realizadas pelo TCU.**
- c) **A possibilidade de o TCU realizar avaliações de políticas públicas levando em conta as avaliações anteriores realizadas pela administração pública no respectivo objeto.**
- d) **Os equívocos que podem ser cometidos na seleção de objetos para avaliação de políticas públicas.**
- e) **Os *stakeholders* que podem ser incluídos/excluídos no processo de avaliação de políticas públicas.**
- f) **A natureza jurídica do TCU e sua relação institucional com o Poder Legislativo.**
- g) **A independência do TCU na emissão de opinião em avaliações de políticas públicas.**

1  
-----  
2  
-----  
3  
-----  
4  
-----  
5  
-----  
6  
-----  
7  
-----  
8  
-----  
9  
-----  
10  
-----  
11  
-----  
12  
-----  
13  
-----  
14  
-----  
15  
-----  
16  
-----  
17  
-----  
18  
-----  
19  
-----  
20  
-----  
21  
-----  
22  
-----  
23  
-----  
24  
-----  
25  
-----  
26  
-----  
27  
-----  
28  
-----  
29  
-----  
30  
-----  
31  
-----  
32  
-----  
33  
-----  
34  
-----  
35  
-----



36

---

37

---

38

---

39

---

40

---

41

---

42

---

43

---

44

---

45

---

46

---

47

---

48

---

49

---

50

---

51

---

52

---

53

---

54

---

55

---

56

---

57

---

58

---

59

---

60

---

61

---

62

---

63

---

64

---

65

---

66

---

67

---

68

---

69

---

70

---

71

---

72

---

73

---

74

---

75

---

76

---

77

---

78

---

79

---

80

---

81

---

82

---

83

---

84

---

85

---

86

---

87

---

88

---

89

---

90

---



Realização

